

# O capitalismo segundo Nancy Fraser: um diálogo crítico

PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS\*

Com a publicação de *Capitalismo Canibal*, Nancy Fraser (2022) avança no projeto de repensar o capitalismo. Sua primeira síntese foi apresentada nos diálogos com Rahel Jaeggi (Fraser; Jaeggi, 2020 [2018]). Se Fraser já se diferencia de Jaeggi neste livro, a elaboração avança agora com uma crítica a concepções do capitalismo de teor lukácsiano que, como Jaeggi, entendem o sistema como uma forma de vida ética reificada na qual alguma definição da essência humana é alienada à medida que a mercantilização invade tudo (Fraser, 2022, p. 401-7).

Apesar de criticar a abstração da economia capitalista nos estudos culturalistas, Fraser não pretende voltar a uma concepção do capitalismo limitada à economia, pois entende que ela é só uma das esferas do capitalismo. Este é conceituado como uma “ordem societal institucionalizada” que compartimenta, articula e hierarquiza instâncias da vida social. Além da economia, as esferas estatal, da reprodução social, a colonial (fora ou dentro dos centros imperiais) e a natureza completam o capitalismo. Este se divide, então, em uma esfera de produção e distribuição de bens e serviços, uma esfera política onde o poder é concentrado pelo Estado, uma esfera que produz, reproduz e acultura os sujeitos sem pagar inteiramente o trabalho do cuidado (sobretudo feminino), uma esfera onde o capital pode superexplorar corpos racializados (seja em territórios coloniais, seja na expropriação do trabalho de imigrantes e descendentes de escravos) e a esfera da natureza. Considero que Fraser não explica por que classifica a natureza como uma esfera autônoma, até porque ela trata a natureza como uma construção social específica, cujos usos (e abusos) são definidos nos campos da economia, do Estado e da reprodução social.

Propondo uma visão de ordenação e diferenciação estrutural das esferas do capitalismo, Fraser se aproxima nesse aspecto dos marxistas estruturalistas, cuja contribuição nem reivindica nem rejeita. Parece-me que Fraser avança em relação

---

\* Professor Associado do Instituto de Economia/Unicamp. E-mail: ppzbastos@gmail.com

aos pontos cegos da interpretação de Louis Althusser, mas a falta de um diálogo explícito também limita sua contribuição, particularmente na discussão das temporalidades do e no capitalismo, e das hierarquias entre as esferas do capitalismo. Tal limitação também fica clara porque Fraser não inclui a cultura ou a ideologia como esfera relativamente autônoma, embora aluda à importância dos significados culturais e ideológicos. Não há espaço para abordar a questão aqui exceto para valorizar o uso do conceito de contradição normativa que ela propõe.

O uso desse conceito a diferencia de autores culturalistas que exageram a autonomia do reino das ideias. Todas as instituições e práticas têm significados simbólicos e normativos específicos e, de certo modo, as próprias instituições incorporam valores ideológicos estruturais que lhes conferem orientação e sentido ou, pelo menos, limitam estruturalmente o tipo de prática e objetivos que podem realizar. O conceito de contradição normativa indica que tais valores podem se chocar uns com os outros e funcionar como recursos imanentes ou intrínsecos de crítica do capitalismo, sem que se assuma que valores produzidos pelas estruturas do capitalismo sirvam apenas para reproduzi-lo, como se imagina em certas interpretações pessimistas lukácsianas, frankfurtianas, althusserianas e foucaultianas de colonização capitalista da cultura. Como argumenta Fraser:

Não concordo com o diagnóstico de colonização total ou quase total. Há uma nova versão dele circulando atualmente, que usa a teoria da governamentalidade foucaultiana para argumentar que agora estamos sendo subjetivados praticamente de forma exclusiva como gerentes autorresponsáveis de nosso próprio ‘capital humano’. Essa visão confunde um projeto neoliberal com a realidade social... Minha ideia é que cada uma das múltiplas arenas institucionais do capitalismo está associada a um conjunto de ideais normativos com os quais ele tem afinidade. Por exemplo, os ideais de crescimento, ‘justiça de mercado’ e ‘escolha’ individual ressoam e predominam em sua economia. Os ideais de solidariedade, cuidado e seguridade social costumam ter influência nas comunidades e famílias que sustentam grande parte da reprodução social. Os ideais de democracia, cidadania e ‘interesse público’ estão associados à política do capitalismo. E os ideais de sustentabilidade, manejo e relações justas entre gerações encontram um ponto de apoio em contextos considerados próximos à ‘natureza’. Esses ideais podem conviver, mesmo que de forma incômoda, em tempos ‘normais’, quando a maioria das pessoas respeita as divisões institucionais do capitalismo e invoca obedientemente um determinado ideal em sua esfera ‘legítima’. Mas eles também podem entrar em conflito direto, como acontece em tempos de crise, quando as pessoas os aplicam ‘erroneamente’ na ‘esfera errada’. Nesse último caso, temos mais um tipo de ‘contradição capitalista’ - eu a chamaria de ‘contradição normativa’... Nem os ideais normativos nem os conflitos entre eles são contingentes ou arbitrários. Ao contrário, eles estão profundamente arraigados na própria estrutura da sociedade capitalista. (Fraser; Jaeggi, 2018, p. 3318, tradução minha).

O argumento de Fraser nos leva muito além de entender a cultura capitalista como uma “totalidade expressiva” conservadora, de um lado, ou de entender o choque de ideologias e culturas como expressão de “substâncias morais” que não se enraízam historicamente nas instituições e práticas contraditórias do capitalismo, de outro. Contudo, o fato de que as esferas da economia, da política e da reprodução social serem impensáveis fora da cultura em geral e da ideologia em particular – e vice-versa – não significa que não se possa identificar e investigar as instituições especializadas na produção e distribuição de cultura, como igrejas, escolas, ou a indústria cultural de informação, publicidade, propaganda ou entretenimento, e as lutas por significados que se realiza nelas e através delas. Nem deixar de reconhecer o ritmo específico e relativamente autônomo das lutas ideológicas e culturais pelo domínio dos significados. Ou ainda articular a luta política com a disputa ideológica, seja mantendo uma compreensão mais restritiva da política como a disputa pela orientação do Estado, seja ampliando-a para os aparelhos privados de hegemonia como queria Gramsci.

A despeito da lacuna em teorizar a esfera ideológica, Nancy Fraser avança em relação a Althusser ao especificar a relação contraditória entre a esfera da economia e as esferas da política, da reprodução social e da natureza. Para isso, ela se apoia em Karl Polanyi (2001 [1944]) e James O’Connor (1988) de modo criativo, para revelar uma estruturação mais complexa e contraditória do capitalismo e para periodizar historicamente mudanças nessa estruturação em função do desenvolvimento das contradições internas. Como muitos marxistas, Fraser afirma que a esfera da economia não pode se autorreproduzir, logo depende das esferas da política, da reprodução social, da expropriação do trabalho e da apropriação da natureza para garantir condições e superar obstáculos à sua reprodução.

De que maneira depende? Primeiro, a exploração dos trabalhadores duplamente livres (sujeitos de direitos iguais e liberados de propriedade dos meios de produção) na Europa teve como condição sua expropriação violenta da posse de terras comunais, criando o mercado de trabalho barato explorado pelas empresas capitalistas. A reprodução ampliada dessas empresas, por sua vez, depende sistematicamente da expropriação gerada pelo colonialismo e depois pelo imperialismo. Assim, a projeção colonial dos impérios europeus, o tráfico de escravizados e a escravização de povos nativos foram fundamentais para a acumulação primitiva de capital e, mais tarde no mundo pós-colonial, para o rebaixamento dos custos de reprodução do capital nos centros imperialistas por meio da extração de excedentes e da oferta de insumos e alimentos baratos.

A partir do século 17 com a Revolução Inglesa, enquanto os cidadãos livres nos centros imperiais ou imperialistas asseguraram gradualmente direitos de cidadania em Estados liberais, tais Estados liberal-imperiais lideravam seus capitalistas em um movimento de expropriação das populações coloniais que não eram reconhecidas como portadoras de direitos iguais. Além de assegurar a superexploração de sujeitos e territórios colonizados, a dominação imperial dividia

sujeitos, súditos e escravizados de acordo com a linha de cor, criando o racismo moderno. No mundo pós-colonial, mas imperialista, é a permanente produção de sujeitos expropriados que rebaixa globalmente custos de reprodução do capital e reproduz a linha de cor entre explorados e expropriados, inclusive entre imigrantes precarizados, não-cidadãos, nos centros imperialistas.<sup>2</sup>

Segundo, a esfera da produção econômica depende do trabalho não-pago de reprodução social dos próprios humanos. Fraser segue Lise Vogel (2013[1983]) na rejeição da noção de que a opressão de classe e a opressão de gênero são dois sistemas independentes, rompendo com a divisão economicista entre produção e reprodução. Tal separação foi um resultado da expropriação de unidades familiares camponesas e artesanais que uniam as atividades de produção e reprodução em sociedades pré-capitalistas. Assim, a moderna discriminação de gênero resultaria da separação capitalista entre esfera profissional e pública vs. esfera doméstica e privada, em que o trabalho (feminino) não-pago (da “dona de casa”) é tanto necessário à reprodução da força de trabalho paga quanto subordinado à força de trabalho (masculina/patriarcal) paga. Logo, é a dicotomia fundacional entre produção e reprodução que possibilita marginalizar o trabalho reprodutivo por meio de sua invisibilização em espaços domésticos e sua dependência da forma salário. Do ponto de vista da precisão conceitual, foram Johanna Brenner e Barbara Laslett (1989, p. 383) que sugeriram diferenciar reprodução societal e reprodução social. A reprodução societal abrange todo o sistema de relações sociais, enquanto a reprodução social é a parte dela que assegura a reprodução cotidiana dos próprios humanos com um conjunto de atividades de cuidado. Fraser também se apoia no argumento de Brenner e Laslett (1991, p. 314) de que a “organização da reprodução social varia ao longo do tempo e entre as sociedades, mas a divisão de trabalho por gênero sempre foi fundamental para ela” e para a redução dos custos da reprodução societal capitalista.<sup>3</sup>

Terceiro, a esfera da produção econômica capitalista tende a se apropriar da natureza não-humana, usando-a e mercantilizando-a como insumo sem pagamento dos custos de reprodução dos territórios ecológicos devastados. Além disso, a toma como um espaço de descarte de rejeitos não-tratados, levando à poluição e até à destruição de ecossistemas e, no limite, à ameaça existencial representada pela

---

2 Incorretamente, Fraser parece supor que a riqueza gozada pelas ex-metrópoles se explica principalmente pela expropriação do Sul Global, ontem e hoje, sem enfatizar o desenvolvimento da produtividade e da exploração por meio da mais-valia relativa nos centros de controle da tecnologia, e as quase-rendas geradas pelas patentes, o que seria uma reversão notável do argumento marxista clássico. Malgrado exageros, tampouco se deve, no outro extremo, subestimar a importância da transferência de renda da Periferia para o Centro. Segundo Ricci (2021, p. 203), a transferência de valor através do comércio desigual chegou a 8% do PIB dos países do Centro na década de 2010.

3 Fraser tampouco recorre a pesquisas que procuram quantificar o tempo de trabalho dispendido em cada esfera. Em 2022, no Brasil, o tempo dispendido com afazeres domésticos e de cuidado equivale a 13% do PIB, sendo 65% de responsabilidade feminina: (Kelly; Considera; Melo, 2023). No mundo, o trabalho de cuidado chega a 9% do PIB, sendo 75% de responsabilidade feminina: (Addati et al., 2018, p. 3).

mudança climática. Isso não quer dizer que crises ecológicas só tenham ocorrido no capitalismo, pois “muitas sociedades pré-capitalistas pereceram em decorrência de impasses ambientais, inclusive alguns criados por elas próprias” (Fraser, 2022, p. 1317). A diferença é que as “crises ecológicas pré-capitalistas ocorreram apesar das visões de mundo ‘amigáveis à natureza’ e, em grande parte, graças à ignorância” (Fraser, 2022, p. 1321), enquanto “as sociedades capitalistas são propensas a gerar crises ambientais recorrentes ao longo de sua história” (Fraser, 2022, p. 1321), pois “incentivam os proprietários empenhados em maximizar seus lucros a se apropriarem das ‘dávias da natureza’ da forma mais barata possível, se não totalmente gratuita, ao mesmo tempo em que os isentam de qualquer obrigação de repor o que retiram e reparar o que danificam” (Fraser, 2022, p. 1321).

Quarto, a esfera da produção econômica capitalista também depende do poder político, por mais que se assente em uma separação institucional entre as esferas econômica e política sem precedentes históricos. O poder político foi necessário, na origem, para separar produtores diretos e a terra sem o que o mercado de trabalho capitalista não existiria, nem nos territórios imperiais nem nos coloniais. Contudo, o capital continua dependendo do poder político para proteger legalmente o monopólio social da propriedade privada dos meios de produção e a ordem dos contratos, para apoiar a acumulação de capital direta ou indiretamente (dentro ou fora de territórios imperiais), assim como para garantir a ordem social por meios repressivos ou pacíficos:

A acumulação... depende decisivamente dos poderes públicos para garantir os direitos de propriedade, fazer cumprir contratos e julgar disputas; para reprimir rebeliões, manter a ordem e administrar a dissidência; para sustentar os regimes monetários...; para empreender esforços para evitar ou administrar crises; e para codificar e aplicar hierarquias oficiais de status, como as que distinguem cidadãos de ‘estrangeiros’, e também as não oficiais, como as que distinguem trabalhadores livres e exploráveis, que têm o direito de vender sua força de trabalho, de ‘outros’ dependentes e expropriáveis, cujos bens e pessoas podem simplesmente ser confiscados. (Fraser, 2022, p. 1892).

Em suma, por um lado, a esfera da economia depende da expropriação e da superexploração do trabalho racializado e da apropriação da natureza tomada como “recursos naturais”, do trabalho não-pago da reprodução social e dos serviços públicos subfinanciados. Por outro lado, apoiando-se em Polanyi e O’Connor, Fraser argumenta que a lógica concorrencial que preside a economia tende a prejudicar a reprodução das demais esferas das quais depende a sua própria reprodução, provocando resistências e crises. Ademais, a dependência não é reconhecida, autorizando culturalmente a apropriação e a expropriação de serviços não-pagos. É isso que ela designa como a canibalização das demais esferas pela economia.

Tal canibalização pode produzir crises na reprodução dessas esferas, mas também induz resistências pontuais que, eventualmente, podem ser coordenadas em um esforço coletivo para reenquadrar politicamente a economia capitalista ou até mesmo superá-la.

É a partir dessas crises e reorganizações que Fraser propõe uma nova periodização da história do capitalismo, ou melhor, uma melhor caracterização de cada período. Cada período é caracterizado segundo as formas institucionais que estabilizam temporariamente a relação e as fronteiras entre as esferas da economia, da política, da reprodução social e da natureza. Tais formas institucionais definem normativa e às vezes até legalmente o que é terreno do capital e o que não é. O problema é que tais formas não são estáveis. De um lado, os capitalistas, movidos individualmente pela concorrência ou representados coletivamente por lideranças políticas e intelectuais, tendem a rejeitar as fronteiras e avançar sobre as outras esferas ou sobre suas condições de financiamento. Do outro lado, diferentes grupos sociais procuram proteger as normas da política, da reprodução social e da ecologia e eventualmente impô-las sobre as compulsões da acumulação. Dessas contradições surgem lutas sociais e políticas que, eventualmente, explodem em crise que tornam insustentável cada forma de organização histórico-institucional do capitalismo, forçando alterações nessas formas.

Para designar essas lutas, contradições e tendências de crise, Fraser propõe o conceito de *crises de fronteira*. Trata-se de crise de fronteira porque não se trata apenas de crises econômicas. O termo diz respeito à definição de fronteiras entre a economia, a política, a reprodução social e a natureza, tensionadas pela lógica da concorrência capitalista e pelos conflitos para proteger as normas das demais esferas. Considerando que a riqueza é concentrada pelos capitalistas, defender a reprodução das demais esferas envolve conflitos para assegurar recursos tributários e salariais (diretos e indiretos) para financiar a reprodução dessas esferas a despeito da resistência dos capitalistas em arcar com os custos tributários e salariais para a reprodução do Estado, das famílias e dos territórios ecológicos. Em outras palavras, as crises de fronteiras resultam do choque entre a competição capitalista para expandir o terreno da valorização e reduzir custos trabalhistas, extrativo-naturais, fiscais, regulatórios, de um lado, e a resistência popular em defesa da reprodução social digna, dos espaços democráticos e dos territórios ecológicos, de outro.

Tais contradições de fronteira, assim como a contradição interna à economia capitalista, tornam a reprodução do capitalismo tudo menos harmônica, sujeita a tendências de crise que explodem como crises de fronteira de tempos em tempos. Assim, para Fraser, cada período da história do capitalismo pode ser entendido como um período de institucionalização relativa das fronteiras entre as esferas, que acaba em crise e redefinição de fronteiras. Como é possível entender cada período, como neles são estabilizadas as fronteiras institucionalmente, quais as contradições que colocam o capitalismo em crise?

Antes de responder às perguntas, é preciso ressaltar que Fraser não é historiadora e, portanto, sua apreensão da história é mediada por suas preocupações temáticas. Isto é, definido um tema – opressão racial, reprodução social, ecologia e política –, ela investiga a caracterização histórica de cada tema no interior de cada período do capitalismo. No entanto, ela não investiga se cada tema realmente acompanha o ritmo e as rupturas de época do capitalismo como um todo. Por se manter na discussão temática, ela não pretende sintetizar ou reconstituir os traços básicos da totalidade de cada período histórico, ou melhor, ela não vai além de uma definição genérica dos traços de cada época. Feita a definição genérica, parte para discutir analiticamente cada tema em cada capítulo, mas não tenta voltar em seguida à reconstituição da totalidade com um quadro mais complexo do que aquele apresentado antes da análise de cada dimensão. Não reproduz, portanto, a metodologia proposta por Marx para reconstituição de uma totalidade complexa. Sem o momento de síntese complexa, Fraser fica na análise profunda de cada dimensão, embora sem indicar sua relação de sincronia ou não com o movimento da totalidade, e o que determinaria ou não a sincronia ou a diversidade de ritmos.

A falta de um retorno à totalidade mais complexa faz com que Fraser não avalie empiricamente se sua hipótese sobre a generalização das crises de fronteira é pertinente para explicar as crises e transições entre períodos. Sua teoria da transição parte do movimento histórico pendular sugerido por Karl Polanyi, que apontou para a contradição entre mercantilização e proteção social para explicar o movimento em direção ao mercado “autorregulado” em meados do século 19 e a reação para regulá-lo em nome da proteção social desde a segunda metade do século 19. Embora aceite as linhas gerais da explicação de Polanyi, Fraser faz três críticas a ele. A primeira é a crítica comum entre marxistas de que Polanyi não incorpora o conceito de capital como “valor que se auto-expande”, portanto deduz que o impulso da mercantilização depende de uma “utopia” liberal e não de uma pulsão estrutural da acumulação de capital para atacar as divisões institucionais constitutivas do capitalismo (Fraser, 2017, p. 4). A segunda crítica é que Polanyi contrapõe economia e sociedade de modo simplista, quando as divisões institucionais seriam mais complexas, envolvendo também a reprodução social, a ordem política e a separação cultura-natureza que ela pretende captar com o conceito de ordem societal institucionalizada (Fraser, 2017, p. 4-5).

A terceira crítica é que Polanyi reduz a contradição ao polo entre livre mercado e proteção social, desconsiderando as opressões no interior da sociedade e nos próprios códigos da proteção social e, portanto, a questão da emancipação (Fraser, 2011; 2013; 2014a; 2017). Nesse sentido, Fraser usa o termo emancipação não apenas para se referir à superação da exploração de classes, mas ao aludir às lutas contra as opressões culturais. Sua intenção é reivindicar que as lutas contra a opressão cultural deixem de ser invisibilizadas ao se contar a história do mundo criado pelo capitalismo.

A crítica de Fraser permite enriquecer o entendimento das lutas sociais e compreender melhor cada período sujeito ao pêndulo. Contudo, é duvidoso que as lutas contra as opressões culturais tenham o peso sugerido (mais do que demonstrado) por Fraser na transição entre os períodos da história do capitalismo, ao propor “um triplo movimento” em substituição tanto ao “duplo movimento” de Polanyi quanto à análise da relação de forças entre classes e frações de classe privilegiada pelos marxistas.

A última crítica de Fraser (2011) a Polanyi pode ser dividida em duas partes. Primeiro, Fraser argumenta que Polanyi romantizava a sociedade sujeita ao impacto do mercado no século 19, desconsiderando o aspecto emancipatório da mercantilização. Assim, como outros marxistas, Fraser sugere que a condição do trabalhador “duplamente livre” no capitalismo envolve uma emancipação (parcial), no caso dos trabalhadores em geral em relação à condição servil e escrava e, no caso das mulheres trabalhadoras, em relação à condição patriarcal. Tal emancipação parcial é entendida como um momento necessário para uma emancipação ulterior que elimine a exploração de classes inteiramente. Segundo, Fraser alega que Polanyi tampouco reconhecia teoricamente as diferentes formas de dominação inerentes às diferentes tentativas de “reenraizar” os mercados na sociedade, carecendo de “distinções categoriais entre melhores e piores formas de enraizamento dos mercados” (Fraser, 2011, p. 144).

Diante do ponto cego de Polanyi, Fraser propõe investigar as lutas por emancipação protagonizadas pelos movimentos antirracistas, anticoloniais, feministas, anti-heteronormatividade, e o modo como interagem com as opressões produzidas seja pelo mercado, seja pelo modo como a proteção social é institucionalizada. Segundo ela, isso gera um “triplo movimento” ao invés do “duplo movimento” de Polanyi.

O que podemos concluir da crítica de Fraser a Polanyi e de sua ideia de “triplo movimento”? Ora, parece inegável que Fraser realça uma questão – a emancipação – mal abordada pela visão romântica e comunitarista de Polanyi, e que tal questão permite entender de modo mais complexo cada período do capitalismo como uma totalidade complexa de relações entre economia, Estado, reprodução social, racismo e ecologia. Contudo, é duvidoso que, na periodização da história do capitalismo – ou melhor, na hierarquia das estruturas e dinâmicas que explicam a periodização – isso mude muita coisa.

Afinal, a periodização do capitalismo proposta por Fraser é basicamente a mesma que é proposta por autores, marxistas ou não, que também dialogam com a periodização pendular de Polanyi, mas que não incorporam a questão da reprodução social ou as lutas raciais. Como outros autores, Fraser dá novas voltas no pêndulo para explicar tanto o neoliberalismo quanto sua crise, que Polanyi não

poderia ter avaliado.<sup>4</sup> Porém, sua periodização é comum nesse campo: o período da acumulação primitiva de capital durante o Antigo Regime é sucedido pelo período liberal-imperialista depois das revoluções burguesas e industrial, a partir das quais o projeto de um mercado autorregulado é implementado. As reações e tensões se acumulam, e o capitalismo liberal entra em crise geral profunda nos trinta anos entre o início da Grande Guerra e o final da Segunda Guerra Mundial. Os “trinta anos gloriosos” do capitalismo são marcados por uma nova forma de regulação política em nome da proteção social. Fraser desconsidera as transformações tecnológicas responsáveis por grande aumento da produtividade do trabalho, que desta vez não alimentou apenas os lucros graças à elevação de impostos, serviços sociais e salários reais propiciados pela nova correlação de forças políticas. A estabilidade, para ela, foi garantida pelo petróleo barato, a devastação ecológica, e o trabalho não-pago de negros, latinos, árabes e asiáticos de todas as orientações sexuais, e das mulheres mesmo brancas, em casa e fora dela, no norte e no sul. Na década de 1970, tais fronteiras foram atacadas por cima e por baixo: o capital rejeitou os custos e as normas da reprodução social, da ecologia e da democracia, enquanto muitos movimentos pelo reconhecimento teriam substituído a luta anticapitalista pela oposição à disciplina burocrática e ao privilégio do homem branco (operário inclusive). O resultado foi o capitalismo financeirizado neoliberal global, que agora experimenta uma crise profunda segundo Fraser.

O problema é que Fraser não demonstra que alguma dessas transições tenha sido determinada por lutas raciais, de gênero ou ecológicas que tenham provocado crises de fronteira. O fato de que as lutas sociais em torno à exploração do trabalho pelo capital influenciem as demais lutas contra as opressões culturais, e vice-versa, não torna as lutas por emancipação e reconhecimento fortes o suficiente a ponto de induzirem mudanças de época do capitalismo. Salvo engano, tais mudanças de época continuaram influenciadas essencialmente pela dinâmica do conflito entre classes sociais (entre capital-trabalho em particular) e entre Estados capitalistas que apoiaram novas e velhas formas de acumulação de capital e exploração do trabalho, ou foram obrigados a mitigá-las, conduzidos por partidos políticos em que os temas “verdes” ou as cotas raciais ou de gênero – e sua negação – se tornaram mais importantes do que antes, mas continuaram secundários. Não parece que a vitória do movimento neoliberal liderado por Margaret Thatcher, Ronald Reagan e Helmut Kohl, assim como Augusto Pinochet e Alberto Fujimori contra socialistas e trabalhistas, tenha sido determinada pela conclusão de alguma luta decisiva por reconhecimento, ou que tenha marcado simultaneamente uma mudança de época na condução dessas lutas.

---

4 Arrighi (1994, p. 251-252, p. 239-240) cita Polanyi, mas considera que a noção de pêndulo histórico entre fases de “liberdade econômica” e fases de “regulamentação econômica” foi primeira proposta por Pirenne (1914).

Aliás, Johanna Brenner (2017) critica corretamente Fraser por parecer responsabilizar, pela derrota do trabalho organizado para a ofensiva capitalista neoliberal, não os limites do próprio reformismo socialdemocrata, e sim os movimentos sociais que continuaram lutando pelo reconhecimento de minorias oprimidas sem condicionar suas conquistas pontuais à vitória do movimento operário contra o capitalismo. Fraser exagera a importância, para o surgimento do neoliberalismo, da suposta “traição” do movimento operário pelos movimentos sociais pelo reconhecimento – se é que essa traição de fato foi tão hegemônica nos novos movimentos quanto na academia pós-moderna, como Brenner procura mostrar citando vários movimentos anti-patriarcais e antirracistas que apoiaram as lutas distributivas e políticas dos trabalhadores contra a exploração capitalista.

Para além da crítica de Brenner, o problema de Fraser é que superestima suas novidades na síntese do capitalismo – as “moradas escondidas” da reprodução social, do Estado e da racialização – e subestima o terreno da produção material e das lutas direta ou indiretamente vinculadas a seu controle, no campo da economia, da política e da ideologia, que sempre foram privilegiadas, e até definidoras, do marxismo. Ela corre o risco de, senão aceitar, pelo menos ceder demais à crítica simplória ao economicismo marxista, sem rebater que a compreensão marxista da economia capitalista trata não apenas de coisas e de mecanismos automáticos – como querem os críticos equivocados do marxismo – e sim de relações sociais de produção que os capitalistas procuram comandar e modificar segundo seus interesses de valorização do capital e dominação/exploração do trabalho.

O ponto de Marx incompreendido por quem entende a economia como uma relação entre coisas é que os capitalistas têm um recurso de poder social historicamente sem precedentes na luta de classes contra os produtores diretos. Esse recurso sistemático novo é socioeconômico: o desenvolvimento das forças produtivas que desemprega trabalhadores de qualquer perfil étnico-racial ao substituí-los por máquinas, e não apenas a deslocalização da produção – mais ou menos maquinal – para territórios semicoloniais em que os trabalhadores podem ser superexplorados apenas por serem racializados. Como outros antes dela, Fraser está correta ao enfatizar a relevância da transferência de valor dos trabalhadores do Sul Global para os capitalistas do Norte, mas o faz ao preço de subestimar o progresso tecnológico possibilitado pelo que Marx chamou de “subsunção real do trabalho ao capital”. Enquanto cria um exército industrial de reserva que enfraquece o poder coletivo dos trabalhadores e estimula a concorrência individualista, o progresso tecnológico eleva tendencialmente a produtividade dos trabalhadores remanescentes. Isso não apenas viabiliza materialmente elevações salariais aos ainda empregados (sobretudo se permanecerem sindicalizados). Também cria o excedente que os partidos pró-capitalistas – conservadores ou reformistas – podem mobilizar através da tributação para cooptar parte dos trabalhadores através da concessão de bens públicos ou de alguma forma de proteção social, se a relação de forças o exigir. Ao superestimar o papel da “traição” dos novos movimentos

sociais que aderiram ao neoliberalismo, Fraser se equivoca na explicação da emergência do neoliberalismo porque, no fundo, não analisa as estratégias capitalistas que desindustrializaram economias e classes operárias, derrotaram organizações operárias radicais e cooptaram organizações socialdemocratas independentemente do maior ou menor recurso ao “progressivismo” cultural dos partidos que lideraram governos neoliberais.

Aliás, os primeiros governos e partidos neoliberais eram decididamente moralmente conservadores, e não neoliberais “progressistas” (Augusto Pinochet, Ronald Reagan, Margaret Thatcher e Helmut Kohl). Seu conservadorismo era funcional para legitimar as reformas neoliberais, apoiadas não apenas em argumentos questionáveis da teoria econômica neoclássica, mas também em uma gramática moral discriminatória. As reformas neoliberais não apenas economizariam recursos tributários – escassos por causa da crise econômica e da desoneração dos ricos –, mas atacariam os supostos despreparo cultural e lassidão moral de um conjunto de beneficiários de políticas sociais não merecedores de recursos públicos: o trabalhador sindicalizado e o funcionário público preguiçoso e exigente, as “mães solteiras”, os pretos e gays desempregados e “hedonistas” etc. A estigmatização de camadas populares mal-empregadas, desempregadas ou marginalizadas legitima quatro políticas públicas “austeras” (Bastos; Belluzo, 2023, p. 644): 1) aos “irresponsáveis”, o corte da assistência social – pensão ou aposentadoria - ou de seu valor; 2) a condicionalidade da assistência em troca de “requalificação” ou busca ativa de emprego (workfare); 3) a estigmatização do serviço ao bem público com o corte do salário e da estabilidade funcional dos funcionários pouco diplomados, em nome da terceirização que precariza e piora os serviços públicos e reforça a insatisfação com a esfera pública; 4) a punição violenta e desproporcional dos menores desvios, particularmente de populações não brancas, com aprisionamento em massa, cujos melhores exemplos são o apelo a Law and Order pelos Republicanos com Richard Nixon antes mesmo do neoliberalismo (Kundnani, 2023), e o punitivismo penal brasileiro nas últimas décadas.

Assim, o neoliberalismo percorre todo o gradiente entre a violência simbólica e a violência física de Estado. Como a desvalorização e a opressão cultural de trabalhadores mais estigmatizados enfraquecem também a posição dos trabalhadores menos estigmatizados (os homens brancos), defendê-los da opressão pode fortalecer o conjunto dos trabalhadores. O problema do neoliberalismo “progressista” (Bill Clinton, Tony Blair e Barack Obama) não é apoiar lutas contra a opressão cultural – embora limitadas – mas as combinarem com políticas neoliberais que fortalecem o poder do capital contra a totalidade dos trabalhadores.

A proposta de Fraser é, claro, combinar a luta pela emancipação cultural com a luta anticapitalista pela proteção social. De todo modo, a emergência do neoliberalismo progressista não determinou uma mudança de época do capitalismo. O fundamental para essa mudança não foi a questão da emancipação.

Embora tenha demonstrado que tais lutas pela emancipação cultural fazem parte da estrutura complexa do capitalismo, e interajam com a exploração do trabalho, Fraser ganharia se repetisse a advertência de Althusser de que as dinâmicas das diferentes instâncias sociais se sobredeterminam, mas não precisam se mover no mesmo ritmo, tendo determinações próprias que preservam sua autonomia relativa e temporalidade específica. A crítica de Althusser ao economicismo, referida brevemente por Fraser no livro com Jaeggi, também serve para refutar que as lutas de fronteira sejam decididas simultaneamente às grandes transformações de época da economia capitalista, como Fraser supõe.

Há um problema de fundo teórico na proposta de Fraser. Embora entenda o capitalismo como uma totalidade estruturada, ela não se preocupa em examinar as dominâncias e hierarquias entre as esferas do capitalismo. Assim, a sucessão de fases da história do capitalismo é apenas descrita, mas não explicada: como não há investigação sobre as relações de dominância e subordinação entre as diferentes esferas, não há hipóteses sobre o peso relativo dessas diferentes esferas na dinâmica histórica totalizante do capitalismo que deve ser explicada (e não apenas descrita em sua sucessão de fases). Nesse sentido, Fraser avança em relação ao esforço liderado por Althusser para incorporação das esferas política e ideológica na definição do modo de produção, pois traz as esferas da reprodução social e do mundo colonial, e os conflitos inerentes a elas e entre elas, para o modelo explicativo. Contudo, em outro aspecto, Fraser representa um retrocesso, pois a démarche althusseriana propunha enfrentar teoricamente a questão da estruturação hierárquica do modo de produção, ainda que sua resposta seja insuficiente. Fraser sequer enfrenta o problema teórico.

Paradoxalmente, embora defenda que a questão da emancipação cultural seja combinada ao “duplo movimento” de Polanyi para se chegar a um “tríplice movimento”, quando Fraser comenta a junção da emancipação com o neoliberalismo – que chamará “neoliberalismo progressista” – ela admite em duas ocasiões que o processo é recente, ou seja, posterior à transição para a fase neoliberal do capitalismo. Logo, não pode ter sido determinante nessa mudança de época. E, mais que isso, que cada um dos quatro movimentos por emancipação (feministas, anti-imperialistas, multiculturalistas e a New Left):

poderia se alinhar, em princípio, tanto com a mercantilização quanto com a proteção social... De fato, todos esses movimentos englobavam tendências de proteção e mercantilizantes. Em todos os casos, as correntes liberais se inclinavam na direção da mercantilização, enquanto as correntes socialistas e social-democratas eram mais propensas a se alinhar com as forças de proteção social. No entanto, é possível argumentar que a ambivalência da emancipação foi resolvida nos últimos anos em favor da mercantilização. Insuficientemente atentas à ascensão das

forças do livre mercado, as correntes hegemônicas da luta emancipatória formaram uma ‘ligação perigosa’ com o neoliberalismo (Fraser, 2013, p. 130; Fraser, 2011, p. 156-157).

Malgrado sua hipótese, Fraser admite aqui que o “triplo movimento” da mercantilização capitalista, da proteção social e da luta por emancipação simplesmente não ocorre no mesmo ritmo. A despeito das críticas a Polanyi, o “duplo movimento” continua mais decisivo para marcar mudanças de época do capitalismo do que o “triplo movimento”, e é por isso que Fraser repete os recortes temporais de autores que recorrem mais ou menos à mesma periodização pendular de Polanyi – levando-a até o neoliberalismo –, mas que não incorporam a questão da reprodução social ou as lutas raciais. E o faz justamente porque não enfrenta a questão da dominância e da hierarquia entre as esferas do capitalismo: por acaso foi o racismo que provocou a escravização dos africanos nas Américas, ou foi o contrário, como Eric Williams (1994 [1944]) propôs há muito tempo? Foi o machismo crescente que gerou a separação entre mundo da fábrica e da casa durante a Revolução Industrial ou o contrário? Dois séculos depois, foi o crescimento do ódio contra imigrantes e da misoginia que tornou os operários do ocidente desenvolvido incapazes de resistir à desindustrialização e à precarização do mercado de trabalho, ou foi a derrota histórica na luta de classes contra o capital que induziu o ataque de operários e ex-operários a bodes expiatórios e a tentativa de bloquear sua competição por postos de trabalho? Parece-me claro que, em cada exemplo acima, racismo, machismo, xenofobia e misoginia moldaram práticas que contribuíram para a reprodução de relações de dominação e exploração de classes, mas não criaram o contexto de dominação e exploração no qual tais opressões culturais se desenvolveram. De fato, ainda que haja algum grau de influência mútua entre os polos do reconhecimento cultural e da dominação de classe, dificilmente se pode defender, a partir de uma posição (marxista ou não) atenta às evidências históricas, que o polo da opressão cultural foi dominante na produção do contexto histórico das práticas nos exemplos acima.

Sendo assim, o conservadorismo dos marcos temporais da periodização do capitalismo por Fraser não é em si um problema. Afinal, embora Fraser não reconheça isso, cada período e cada transição entre períodos podem ser entendidos de modo mais complexo quando as opressões culturais e violências ecológicas são articuladas *de modo subordinado* à dinâmica da acumulação capitalista, do conflito distributivo, da luta de classes e do embate geopolítico gerado pela expansão imperialista dos Estados capitalistas.<sup>5</sup> Fraser incorpora novas esferas à definição do capitalismo, mas não as localiza adequadamente nas relações hierárquicas entre as esferas. Seu projeto teórico é um avanço que facilita que essa articulação

---

<sup>5</sup> Para razões por que é pertinente distinguir conflito distributivo de classes e luta de classes, ver Souza (2023).

hierárquica possa ser feita por outros autores, tanto em pesquisas monográficas futuras, quanto em novas sínteses de época. Futuros historiadores e cientistas sociais só devem estar atentos para evitar a simplificação da temporalidade no e do capitalismo feita por Fraser, e conectar, em sobredeterminação complexa, as diversas esferas do capitalismo, sejam mais vinculadas à exploração do trabalho, à acumulação de capital, ao poder político ou às opressões culturais, respeitando a autonomia relativa de seus respectivos determinantes e temporalidades, e procurando investigar as relações de dominância e hierarquia entre elas.

Ao contrário dos pós-modernos, o diferencial da tradição marxista sempre foi tratar as opressões culturais sem reduzi-las a seus próprios termos ideológicos, como temas singulares e artificialmente segmentados de outras lutas, e sim como opressões realmente conectadas entre si e com a dominação de classes e a exploração do trabalho. Apesar das boas intenções dos movimentos de reconhecimento cultural de agenda única ou unilateral, sua desconexão da questão do trabalho e da exploração capitalista os tornou particularmente vulneráveis à cooptação pelos macropoderes, produzindo fenômenos como o neoliberalismo tolerante, que promove a ascensão social de minorias entre minorias, enquanto impõe condições de sobrevivência e exploração mais aguda e tensa para a maioria dos trabalhadores.

Contra o reducionismo culturalista pós-moderno, o novo conceito de capitalismo proposto por Fraser realça um conjunto de estruturas e práticas contraditórias que não pode ser reduzido à economia capitalista. Apesar do balanço francamente favorável ao seu projeto teórico feito neste texto, ele pode ser criticado por incorporar novas esferas sem investigar se há dinâmicas mais poderosas que outras nas transformações do capitalismo. Não é preciso conceder tanto assim ao pós-estruturalismo e ao culturalismo e deixar de frisar o papel determinante dos macropoderes nas transformações do capitalismo. Quando a luta pela emancipação e contra a opressão se tornar importante ao ponto de deixar para trás uma época histórica do capitalismo, provavelmente estaremos abandonando não apenas uma época do capitalismo, mas o próprio capitalismo.

O fato de que nenhuma das transições entre períodos do capitalismo foi determinada (ou fortemente sobredeterminada) por lutas ecológicas, raciais ou de gênero até agora, tanto quanto pela dinâmica do conflito entre classes sociais (entre capital-trabalho em particular) e entre Estados capitalistas, não é um problema em si. Por que deveria ser o contrário? Devemos concordar com Fraser que é possível rejeitar o economicismo simplório sem ceder ao reducionismo culturalista. Contudo, não devemos deixar de reconhecer a tremenda eficácia dos macropoderes da acumulação de capital e dos Estados capitalistas que defendem a reprodução e a expansão global do capitalismo, inclusive com a força do complexo industrial-militar e da indústria cultural. O ônus da prova continua sendo dos que defendem que as opressões culturais, as mudanças de “racionalidade” ou, pior, as escolhas

dos indivíduos determinam a história do capitalismo, quer oponham ou não tais unilateralismos ao espantinho do economicismo marxista.

## Referências bibliográficas

- ADDATI, L. et al. *Care work and care jobs for the future of decent work*. Genebra: International Labour Organisation (ILO), 2018.
- ARRIGHI, G. O. *Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto. São Paulo: Editora Unesp, 1994.
- BASTOS, P.P.Z; BELLUZZO, L. (2023). Capitalism, Neoliberalism and Democracy: from Hayek to Bolsonaro. In: Bastos, P.P.Z. & Giménez, D. (2023, eds.) Campinas School of Political Economy: Selected Works on Brazilian Economy. Curitiba: CRV, 2023, p. 623-674.
- BRENNER, J. There Was No Such Thing as ‘Progressive Neoliberalism’. *Dissent Magazine*, 14 jan. 2017. Disponível em: [https://www.dissentmagazine.org/online\\_articles/nancy-fraser-progressive-neoliberalism-social-movements-response/](https://www.dissentmagazine.org/online_articles/nancy-fraser-progressive-neoliberalism-social-movements-response/). Acesso em: 27 jan. 2025.
- BRENNER, J., & LASLETT, B. Gender and social reproduction: Historical perspectives. *Annual review of sociology*, 15(1), 1989, p. 381-404.
- BRENNER, J., & LASLETT, B. Gender, Social Reproduction, and Women’s Self-Organization: Considering the US Welfare State. *Gender & Society*, 5(3), 1991, p. 311–333.
- FRASER, N. Marketization, social protection, emancipation: toward a neo-Polanyian conception of capitalist crisis. In: Calhoun, C., & Derluigan, G. M. (Eds.). (2011). *Business as usual: the roots of the global financial meltdown*. NYU Press, 2011, p. 137-158.
- FRASER, N. A triple movement Parsing the politics of crisis after Polanyi. *New Left Review*, 81, mai/jun. 2013, p. 29-42.
- FRASER, N. Can society be commodities all the way down? Post-Polanyian reflections on capitalist crisis. *Economy and Society*, 43(4), 2014a, p. 541-558.
- FRASER, N. Behind Marx’s hidden abode. *New Left Review*, 86, mar/abr. 2014b, p. 55-72.
- FRASER, N. Why two Karls are better than one: Integrating Polanyi and Marx in a critical theory of the current crisis. 2017. Disponível em: <https://www.fsv.uni-jena.de/fsvmedia/37910/wp-1-17-fraser.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2025.
- FRASER, N. *Cannibal Capitalism: How our System is Devouring Democracy, Care, and the Planet and What We Can Do About It*. Londres: Verso Books, 2022.
- FRASER, N. & JAEGGI, R. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- KELLY, I; CONSIDERA, C; MELO, H. Quanto vale o amor materno? Apenas abraços e beijos? Blog do Ibrc, FGV, 4 out. 2023. Disponível em: <https://blogdoibrc.fgv.br/posts/quanto-vale-o-amor-materno-apenas-abracos-e-beijos>. Acesso em: 27 jan. 2025.
- KUNDNANI, A. *What is Antiracism? And why it Means Anticapitalism*. Londres: Verso Books, 2023.
- O’CONNOR, J. Capitalism, nature, socialism: a theoretical introduction. *Capitalism Nature Socialism*, 1(1), 1988, p. 11–38.

- PIRENNE, H. The stages in the social history of capitalism. *The American Historical Review*, 19(3), 1914, 494-515.
- POLANYI, K. *The great transformation*, Boston: Beacon Press, 2001[1944].
- RICCI, A. *Value and unequal exchange in international trade: The geography of global capitalist exploitation*, Londres: Routledge, 2021.
- SOUZA, A. M. Capitalismo: totalidade social e lutas de classe. *Crítica Marxista*, São Paulo: v. 30, n. 57, 2023, p. 109-116.
- VOGEL, L. *Marxism and the oppression of women: Toward a unitary theory*, Leiden/ Boston: Brill, 2013 [1983].
- WILLIAMS, E. *Capitalism and slavery*, Chapel Hill: UNC Press Books, 1994 [1944].

## Resumo

O artigo elogia a reflexão instigante de Nancy Fraser sobre o capitalismo, mas defende que a autora superestima suas novidades – as “moradas escondidas” da reprodução social, do Estado, da ecologia e da racialização – e subestima as relações sociais de produção e as lutas direta ou indiretamente vinculadas a seu controle, no campo da economia, da política e da ideologia, que sempre foram privilegiadas na explicação da mudança histórica pelo marxismo.

**Palavras-chave:** capitalismo; reprodução social; racialização; ecologia; contradição.

## Abstract

The article praises Nancy Fraser’s thought-provoking reflection on capitalism, but it argues that the author overestimates her novelties - the “hidden abodes” of social reproduction, the state, ecology and racialization - and underestimates the terrain of social relations of production and the struggles linked to its control, in the field of economics, politics, and ideology, which have always been privileged in Marxism’s explanation of historical change.

**Keywords:** capitalism; social reproduction; racialization; ecology; contradiction.